

# GAZETA DO SUDOESTE

Pato Branco, 04 a 07 de abril de 1996 09/96

ANO IX Nº 1276

## Lei Nº 1.432

Data: 02 de abril de 1996.

Súmula: Revoga a Lei nº 1.232, de 08 de julho de 1993.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em face do não uso do imóvel e do não cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº 1.232, de 08 de julho de 1993, pela donatária Impacor - Glómar Salete Rossoni Lopes, fica a mesma revogada em todos os seus termos.

Art. 2º - Revogando as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 02 de abril de 1996.

Deivino Loughi  
Prefeito Municipal



Estado do Paraná

*Câmara Municipal de Pato Branco*

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º <i>03</i>
<i>PATO</i>

## **PROJETO DE LEI Nº 09/96.**

**SÚMULA: Revoga a Lei nº 1232, de 08 de  
julho de 1993.**

**Art. 1º** - Em face do não uso do imóvel e do não cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº 1232, de 08 de julho de 1993, pela donatária IMPACOR - Guiomar Salete Rossoni Lopes, fica a mesma revogada em todos os seus termos.

**Art. 2º** - Revogando as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 08
<i>[Signature]</i>

## COMISSÃO DE MÉRITO

### PARECER AO PROJETO DE LEI 09/96

Analizando o Projeto de Lei 09/96, que revoga a Lei no. 1232, de 08 de julho de 1993, fornecemos PARECER FAVORÁVEL a aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Pato Branco em 25 de março de 1996

*[Signature]*  
**Nereu Faustino Ceni**  
Membro PC do B

*[Signature]*  
**Ivo Polo**  
Presidente PDT

*[Signature]*  
**Oswaldo Ruaro**  
Membro PPB

*[Signature]*  
**Gilson Marcondes**  
Membro PDT

*[Signature]*  
**Pedro Polo**  
Relator PFL



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.

Fls. N.º 07

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

### PARECER

Esta Comissão, em análise ao **Projeto de Lei no. 009/96**, que busca revogar a Lei no. 1232 de 08/julho/93, percebe que a Empresa IMPACOR-Guiomar S.R.Lopes não cumpriu com o previsto em Lei e portanto perdeu o direito ao referido imóvel de acordo com a Lei no. 1207/93.

Diante do acima exposto, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a aprovação da matéria.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 11 de março de 1996.

  
**Oradi Francisco Caldato-PMDB-Presidente**

  
**Carlinho Antonio Polazzo-PFL**

  
**Cilmar Francisco Pastorello-PDT**

  
**Luiz Moraes - PFL-RELATOR**

  
**Nelson Bertani-PMDB**



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Branco.
Fls. N.º 06
VISTO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 09/96

Busca o Executivo Municipal obter autorização legislativa para revogar a Lei no. 1232, de 08 de julho de 1993, que autorizou a doação do imóvel público à empresa IMPACOR-Guiomar S.R.Lopes.

A mensagem municipal alerta pelo descumprimento da donatária na não utilização do imóvel e tampouco cumpriu com as exigências estabelecidas na Lei no. 1232/93.

A matéria está amparada legalmente e merece a tramitação.

Essa Comissão, analisando a matéria, emite PARECER FAVORÁVEL a aprovação da mesma.

É o parecer.

Pato Branco, 08 de março de 1996.

  
Osvaldo Luiz Gabriel-PTB-Presidente

  
Hélio Domingos Picolo-PMDB

  
Osvaldo Ruaro-PPB-Membro

  
Gilmar Luiz Arcari-PPB-Relator

  
Pedro Polo Neto-PFL-Membro



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 05
<b>Branco</b>

## ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 009/96

Pretende o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei em epígrafe, obter autorização legislativa para revogar a Lei nº 1.232, de 08 de julho de 1.993 que autorizou a doação de imóvel público à empresa IMPACOR - Guiomar S. R. Lopes.

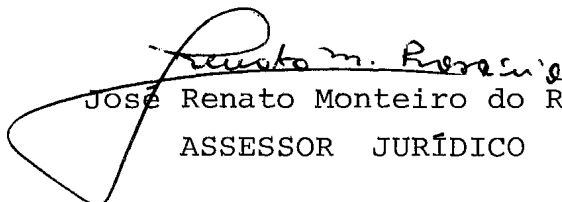
A revogação proposta decorre do fato que a donatária não utilizou o imóvel objeto da doação e tão pouco cumpriu com as exigências estabelecidas na Lei nº 1.232/93, conforme aduz o Executivo Municipal em sua Mensagem.

Em razão do não cumprimento das exigências legais por parte da donatária, o imóvel retornará ao patrimônio público municipal, conforme preconiza a disposição contida no artigo 5º da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1.993, que institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais.

Diante do acima exposto, a proposição tem amplas condições de seguir sua regular tramitação.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 06 de março de 1.996.

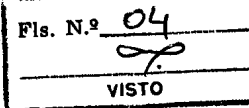
  
José Renato Monteiro do Rosário  
ASSESSOR JURÍDICO



# Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



## **PROJETO DE LEI Nº 09/96**

***Súmula: Revoga a Lei nº 1.232, de 08/julho/93.***

***Art. 1º. Em face do não uso do imóvel e do não cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº 1.232, de 08 de julho de 1.993, pela donatária IMPACOR - Guiomar Salete Rossoni Lopes, fica a mesma revogada em todos os seus termos.***

***Art. 2º. Revogando as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.***

*Pato Branco, 29 de fevereiro de 1.996*

**Delvino Longhi**  
**Prefeito Municipal**



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

C. Mun. de P. Bco.  
Fls. N.º 03  
VISTO

RECEBIDO  
Data 04/03/96 Hora 16h  
Assinatura [assinatura]  
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

**M E N S A G E M    Nº 004/96**

*Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Câmara Municipal de Pato Branco - PR.*

*Valemo-nos desta Mensagem para encaminhar à esta Colenda Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que propõe a revogação da Lei nº 1.232, de 08/junho/93, que autorizou a doação de imóvel para a firma em nome individual IMPACOR - Guiomar Salete Rossoni Lopes, em face da mesma não o ter ocupado e, decorrido o prazo legal, também não dado cumprimento às condições estabelecidas na citada Lei.*

*Contando com a sua aprovação do Projeto e Lei anexo, antecipamos agradecimentos e colhemos o ensejo para renovar protestos e estima e consideração*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco-PR, 29 de fevereiro de 1.996.*

  
**Delvino Longhi**  
**Prefeito Municipal**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.

Fls. N.º 02

VISTO

**PUBLICADO EM**  
CS n.º 851 de 21/07/1993

**LEI N.º 1.232**

**Data:** 08 de julho de 1.993.

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel para a empresa IMPACOR - GUIOMAR S. R. LOPES.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a doar o lote nº 09 da quadra nº 786, com área de 820,56m² (oitocentos e vinte metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), matriculado, sob nº 24.974 junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para a empresa em nome individual **IMPACOR - Guiomar Salete Rossoni Lopes**, inscrita no CGC/MF sob nº 79.338.422/0001-21.

Parágrafo único - A doação referida no "caput" deste artigo fica condicionada ao seguinte:

I - inalienabilidade do imóvel pelo prazo de dez anos, contados da outorga da escritura pública de doação;

II - destinação exclusiva do imóvel ao ramo industrial;

III - prazo de 12 (doze) meses para conclusão da construção da instalação da indústria, contados da publicação desta Lei;

IV - reversão do imóvel, com perda de todas as benfeitorias nele existentes em favor do doador, em caso de inadimplemento de qualquer das condições da doação;

V - outorga da escritura pública de doação somente após o início das atividades propostas, da qual deverá constar o texto integral desta Lei, assim como de sua transcrição no registro imobiliário competente.

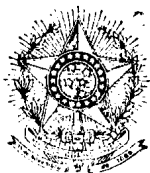
Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 08 de julho de 1.993.

Delvino Longhi  
PREFEITO MUNICIPAL

Dr. Nelson

Doc. 111



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Cidade  
de

PATO BRANCO

## PLANTA PARCIAL

Z R II

DA  
QUADRA N. 786

C. Mun. de P. Bco.

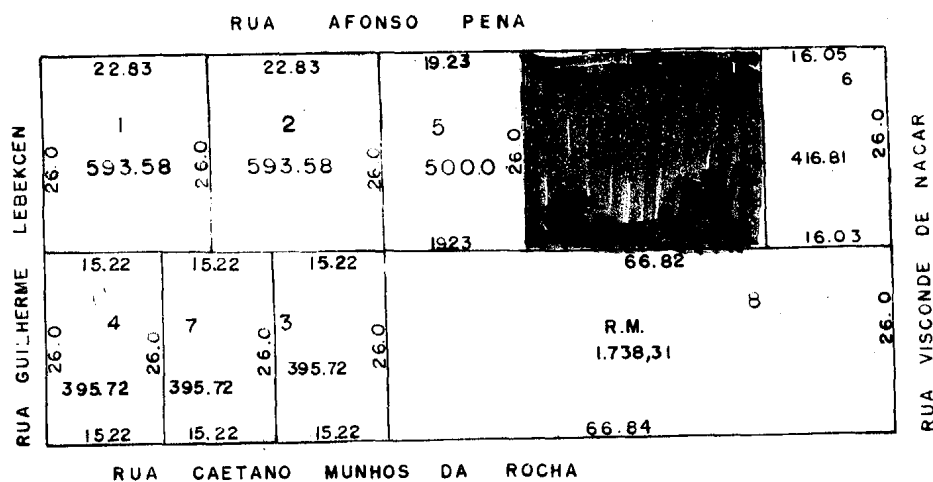
Fls. N.º

VISTO

ESC. 1: 1.000

LOT. N.º

ANT. QUADRA



Nelson: Re doar e li de doado.

A requerente não possui o lote ainda ali vaga